



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

ANEXO IX - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº _____/20____

CONTRATADA:

A **COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER**, sociedade de economia mista, com sede na Rua Melvin Jones, nº 219, São Pedro, na cidade de Boa Vista, Roraima, CEP 69.306-610, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 05.939.467/0001-15, doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Diretor Presidente, **JAMES DA SILVA SERRADOR**, em conjunto com a Diretora de Tecnologia e Gestão dos Sistemas de Água, **ANABEL MOTA E SILVA** e com o Diretor Administrativo e Financeiro, **MÁRCIO RODRIGO MESQUITA DA SILVA**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, em _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ (nome e função na empresa), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, do Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da **LICITAÇÃO PELO RITO PROCEDIMENTAL SIMILAR AO DA MODALIDADE PREGÃO**, na forma, **PRESENCIAL**, **SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, sob o nº ____/20____, mediante as cláusulas e condições a seguir anunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 84.000 KG (OITENTA E QUATRO MIL QUILOS) DE ÁCIDO TRICLOROISOCIANÚRICO**, nas condições estabelecidas no Edital.

1.2. O objeto da Contratação:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	CORO DISPONÍVEL: 90% ESTADO FÍSICO: SÓLIDO FORMA: PASTILHA (TABLETE) PESO: 200 A 230 g ODOR: CARACTERÍSTICO DO CLORO COR: BRANCA DENSIDADE: 1,16 a 1,9 g/cm ³ SOLUBILIDADE: 12 g/l em água pH 1%: 2,7 a 3,0 EMBALAGEM: BALDES PLÁSTICOS OU BOMBONAS DE ATÉ 50 Kg.	KG			

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação:

- 1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
- 1.3.2. O Edital de licitação, a Adjudicação e a Homologação da contratação;
- 1.3.3. A Proposta da Contratada;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (Doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRORROGAÇÃO

3.1. Os prazos do contrato poderão ser prorrogados, observando-se os artigos 201 e 202 do RILC.

CLÁUSULA QUARTA - MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

4.1. A gestão e fiscalização do contrato dar-se-á em conformidade ao Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos da Companhia, por gestor e fiscal nomeados através de portaria pela autoridade competente pela contratação.

4.2. A fim de estabelecer comunicação a respeito da execução do contrato, a CONTRATADA, obrigatoriamente, indicará preposto devidamente procurado, aceito pela administração,



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

mantendo o contato através apenas de e-mail e telefone institucional, nos termos do Código de Conduta da Companhia, com disponibilidade para ser interlocutor entre as partes, que receberá as demandas e reclamações da CAER, acompanhará e fiscalizará a execução do objeto, anotará ocorrências e tomará medidas para o saneamento de eventuais falhas.

4.3. O gestor e o fiscal realizarão relatórios durante toda a execução do contrato, incluindo fotográficos, caso solicitado, para atestar a execução dos serviços realizados pela contratada dentro das condições contratuais estabelecidas.

CLÁUSULA QUINTA - DESCRIÇÃO DA ENTREGA

5.1. Devido a logística do depósito de armazenamento de produtos químicos da empresa, que dispõe de pouco espaço físico, as embalagens do produto devem ser de, no máximo, até 50 kg.

5.2. Os dosadores do Ácido Tricloroisocianúrico serão fornecidos em regime de comodato para atender Capital e os Municípios e deverão atender as quantidades e especificações abaixo:

DOSADORES DE CLORO VERTICAL PARA ÁCIDO TRICLOROISOCIANÚRICO		
ITEM	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	QTD
01	CLORADOR PRESSURIZADO EM PVC FABRICADO EM PVC CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO: MINIMO 4,0 Kg E MÁXIMA 6Kg DE TABLETES DE 200g ALTURA DO CLORADOR: 680 mm DIÂMETRO DA TAMPA: 200 mm DIÂMETRO DA BASE: 200 mm DIÂMETRO INTERNO DA CÂMARA: 100 mm PRESSÃO MÁX. DE OPERAÇÃO: 8 Kg/cm ² CONEXÕES: ROSCA DE ENTRADA E SAÍDA DE ÁGUA ¾ DE POLEGADA, ROSCA DE PURGA ¾ POLEGADA SISTEMA DE VEDAÇÃO POR ANEL ORING DE BORRACHA E TIRANTES SISTEMA DE FECHAMENTO DE TAMPA: PORCAS TIPO BORBOLETA AÇO INOX, PARAFUSO TIRANTES DE AÇO INOX COM REPOSIÇÃO EM CASO DE NECESSIDADE DIÂMETRO DE ABERTURA PARA PASTILHAS: 82 mm CAPACIDADE DE PREPARO DE SOLUÇÃO COM CONCENTRAÇÃO DE 0,3 A 2% DE Cl ₂ RESIDUAL DE CLORO LIVRE: 0,3 a 2 ppm	370
02	CLORADOR PRESSURIZADO EM PVC FABRICADO EM PVC CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO: 6,0 Kg DE TABLETES DE 200g ALTURA DO CLORADOR: 950 mm DIÂMETRO DA TAMPA: 205 mm DIÂMETRO DA BASE: 200 mm DIÂMETRO INTERNO DA CÂMARA: 100 mm PRESSÃO MÁX. DE OPERAÇÃO: 8 Kg/cm ² CONEXÕES: ROSCA DE ENTRADA E SAÍDA DE ÁGUA ¾ DE POLEGADA,	60



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

	ROSCA DE PURGA ¾ POLEGADA SISTEMA DE VEDAÇÃO POR ANEL ORING DE BORRACHA E TIRANTES SISTEMA DE FECHAMENTO DE TAMPA: PORCAS TIPO BORBOLETA AÇO INOX, PARAFUSO TIRANTES DE AÇO INOX COM REPOSIÇÃO EM CASO DE NECESSIDADE DIÂMETRO DE ABERTURA PARA PASTILHAS: 82 mm CAPACIDADE DE PREPARO DE SOLUÇÃO COM CONCENTRAÇÃO DE 0,3 A 2% DE Cl ₂ RESIDUAL DE CLORO LIVRE: 0,3 a 2 ppm	
03	CLORADOR PRESSURIZADO EM PVC FABRICADO EM PVC CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO: 75 Kg DE TABLETES DE 200 g, MEDINDO 75 mm x 25 mm. ALTURA DO CLORADOR: 1,20 m DIÂMETRO DE BASE: 300 mm DIÂMETRO DA TAMPA: 350 mm DIÂMETRO DE ABERTURA PARA PASTILHAS: 300 mm SISTEMA DE VEDAÇÃO: ROSCA QUADRADA E ORING DE BORRACHA PRESSÃO MÁXIMA DE OPERAÇÃO: 10/kgf/cm ² A 20 °C CAPACIDADE DE PREPARO DE SOLUÇÃO COM CONCENTRAÇÃO DE 0,3 A 2% DE Cl ₂ CONEXÕES: ROSCA DE ENTRADA E SAÍDA DE ÁGUA 32 mm RESIDUAL DE CLORO LIVRE: 0,3 a 2 ppm	20
04	BICO INJETOR EM PP PARA REDE DE 60 e 100 mm	430
05	VÁLVULAS DE RETENÇÃO DE 3/4", ESFERA SEM MOLA (PP OU AÇO INOX 304), ALTA RESISTÊNCIA AO ATAQUE DE CLORO	450
06	VÁLVULA DE AJUSTE FINO EM PP, COM AJUSTE TIPO "AGULHA", E BITOLA DE ¾ POLEGADA	450

5.3. Cada dosador deverá vir numerado.

5.4. O produto deverá ter prazo mínimo de 12 (doze) meses de validade pelo fabricante.

CLÁUSULA SEXTA - LOCAL DE ENTREGA

6.1. O produto deverá ser entregue no almoxarifado da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER, sito à Rua Melvin Jones, nº 219, Bairro São Pedro, nesta cidade de Boa Vista/RR, CEP: 69.306-610.

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO DE ENTREGA

7.1. O produto deverá ser entregue no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - RECEBIMENTO DO PRODUTO



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

- 8.1.** O recebimento provisório do produto se dará na data da entrega do mesmo, ou seja, dentro do prazo estabelecido no subitem 7.1, contados para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos, com as especificações constantes neste instrumento contratual e na proposta vencedora.
- 8.2.** O recebimento definitivo do produto será finalizado em até 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório mencionado no subitem 8.1, após a avaliação de conformidade dos mesmos com este instrumento contratual e a proposta vencedora.
- 8.3.** Não será aceito na entrega do produto que ele seja de marca diferente daquela constante na proposta vencedora. Caso o produto seja entregue em desacordo com o estabelecido, será o mesmo imediatamente devolvido, obrigando-se a contratada a substituí-lo no prazo 15 (quinze) dias, a contar da notificação a contratada, sem quaisquer ônus a contratante.
- 8.4.** Caso o prazo definido no subitem 8.3 não seja observado, o produto não deverá ser considerado como entregue, sendo aplicadas às penalidades previstas neste Instrumento Contratual.

CLÁUSULA NONA - SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

- 10.1.** Não há a necessidade de promover transição contratual para a presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PREÇO

- 11.1.** O valor da aquisição é de _____ (_____),

11.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

11.1.2. Quaisquer tributos, despesas diretas e indiretas e custos diretos e indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos no valor, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o produto ser entregue sem ônus adicionais.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, que deverá conter o detalhamento do objeto executado, assim como deverá vir acompanhada dos documentos que comprovem a regularidade fiscal, nos termos do art. 239 do RILC/CAER, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 239 do RILC/CAER;

12.2. As certidões exigidas e entregues deverão estar válidas na data da apresentação da nota fiscal apresentada;

12.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar o recebimento definitivo do produto;

12.4. Considera-se data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REAJUSTAMENTO DOS CONTRATOS

13.1. Os valores inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da proposta, em ____/____/____.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os valores iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice (*indicar o índice a ser adotado*), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - REVISÃO CONTRATUAL

14.1. A concessão do reequilíbrio econômico-financeiro do valor do contrato pode se dar a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que presentes os seguintes requisitos:

- I** – comprovação da ocorrência de evento extraordinário, futuro e incerto capaz de desequilibrar a equação econômico-financeira;
- II** - o evento que desequilibrar a equação econômico-financeira deve ter ocorrido após a apresentação da proposta;
- III** - o evento que desequilibrar a equação econômico-financeira não pode decorrer de culpa do Contratado;
- IV** – o efeito econômico provocado pelo evento extraordinário sobre a equação econômico-financeira deve ser substancial, de forma a restar caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do Contratado e a retribuição devida pelo Contratante;
- V** – restar demonstrado o necessário nexo de causalidade entre o evento extraordinário e a majoração ou redução dos encargos do Contratado que justifique a necessidade de recomposição da remuneração correspondente;
- VI** – o efeito econômico provocado pelo fato extraordinário deve restar demonstrado por meio da juntada aos autos do processo administrativo de planilha de custos e formação de preços ou outros documentos capazes de atestar o desequilíbrio provocado sobre a equação econômico-financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 15.1.** Permitir acesso dos empregados da firma vencedora às dependências da CAER.
- 15.2.** Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da firma vencedora.
- 15.3.** Notificar a firma vencedora sobre qualquer irregularidade no fornecimento do material.
- 15.4.** Solicitar a substituição do material que não atender as especificações.
- 15.5.** Atestar a(s) Nota Fiscal (is) correspondente(s), por intermédio do empregado designado para esse fim.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 16.1.** Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos materiais, tais como: salários; seguros de acidente; taxas, impostos e contribuições; indenizações; vale-refeição; vale-transporte; e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
- 16.2.** Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da CAER.
- 16.3.** Manter seus empregados identificados por crachá, quando no recinto da CAER, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e as normas disciplinares da CAER.
- 16.4.** Responder por qualquer dano causado diretamente ao material ou a outros bens de propriedade da CAER, quando esse tenha sido ocasionado por seus funcionários durante a entrega do material.
- 16.5.** Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração seja qual for, desde que praticada por seus funcionários nas dependências da CAER.
- 16.6.** Fornecer o material de acordo com especificações exigidas e constante da proposta de preços apresentada.
- 16.7.** Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência do produto fornecido.
- 16.8.** Comunicar ao Almoxarifado da CAER qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento do material e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
- 16.09.** Manter, durante o fornecimento, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na compra.
- 16.10.** O descarregamento do material durante a entrega ocorrerá por conta da empresa contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

- 17.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

- 17.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 17.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 17.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 17.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 17.6.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 17.7.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 17.8.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 17.9.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 17.10.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 17.11.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 17.12.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - GARANTIA DO PRODUTO

18.1. O produto deverá vir acompanhado do certificado de garantia pelo fabricante ter validade mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega do mesmo.

18.2. Caso o produto ou os equipamentos apresentarem defeitos, a empresa contratada deverá substituí-lo no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da notificação, sem quaisquer ônus a contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - SANÇÕES

19.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com a legislação, com as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia, com as disposições constantes dos instrumentos convocatório e contratual, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal, garantida a prévia defesa, sujeita-se às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa moratória;

III - multa compensatória;

IV - suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos.

19.2. As sanções previstas nos incisos I e IV do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II e III.

19.3. As condutas consideradas reprováveis e passíveis de sanções estão previstas no art. 251 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC/CAER;

19.4. A aplicação de qualquer sanção prevista no dispositivo supramencionado deverá ser registrada no Cadastro de Fornecedores da CAER, assegurado o direito ao devido processo legal;

19.5. A sanção de advertência é cabível quanto o ato praticado, ainda que configure a violação de preceito contratual ou legal, não seja suficiente para acarretar danos à CAER, seus processos, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

19.6. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

19.7. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

I – nas licitações em geral:

- a)** em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
- b)** pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor da contratação;
- c)** por empreender qualquer conduta ou expediente cujo objetivo consista em impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do processo licitatório, correspondente a até 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- d)** no caso de atraso no cumprimento dos prazos fixados no cronograma de execução, incidência de multa entre 0,2% (dois décimos por cento) ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da parcela em atraso ou do saldo remanescente do contrato, conforme avaliação da CAER, limitada a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;
- e)** no caso de inexecução parcial, incidência de multa entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da CAER;
- f)** no caso de inexecução total, incidência de multa entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da CAER.

19.8. Ocorrendo infração contratual apenas com a sanção de multa o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 03 (três) dias úteis.

19.9. No caso de aplicação de sanção de multa o valor relativo a penalidade a ser aplicada será considerado como parte controversa para efeito de liquidação do valor devido ao Contratado, devendo ser retido enquanto não for concluído o processo administrativo para aplicação da sanção.

19.10. A parte incontroversa do valor devido em face do cumprimento do contrato poderá ser paga de acordo com os prazos e condições fixados para tanto.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

19.11. Havendo omissão ou concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação da sanção, operando-se, nesse caso, o desconto em eventuais pagamentos devidos ao Contratado.

19.12. Não havendo a concordância do Contratado, caberá ao gestor do contrato, avaliar a manifestação do Contratado e decidir a respeito de sua procedência no prazo de 03(três) dias úteis.

19.13. No caso das demais sanções, o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

19.14. Não havendo a concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência das sanções cabíveis, deverá ser instaurado processo administrativo a ser conduzido por comissão permanente ou especial nomeada para este fim.

19.15. Será aplicada a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a CAER, por prazo não superior a 02 (dois) anos, em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, dano à CAER, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

19.16. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

19.17. O prazo da sanção a que se refere este Artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Roraima, estendendo-se os seus efeitos à todas as Unidades da CAER.

19.18. Se a sanção de que trata este Artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CAER poderá, a seu critério, rescindi-lo.

19.19. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

19.20. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos, será registrada no cadastro de empresas inidôneas e suspensas de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - EXTINÇÃO DOS CONTRATOS



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

20.1. A extinção dos contratos ocorrerá de acordo com o previsto nos artigos 247 a 249 do RILC.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

21.1. O encaminhamento de ofícios e documentos pela CONTRATADA deverá ser efetuado através do Protocolo Geral da CAER.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - FONTE E RECURSOS

22.1. A execução do objeto deste Contrato, correrá à conta do recursos financeiros próprios da CAER, sob: 43010.17122010.001.048/2074/001

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CASOS OMISSOS

23.1. O presente contrato será regido pela Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Federal nº 10.406/2002, Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC e o Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS

24.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 203 a 210 do RILC.

24.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do desconto inicial atualizado do contrato.

24.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do contratante.

24.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO

25.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - FORO

26.1. A interpretação e aplicação dos termos contratuais serão regidas pelas leis brasileiras e o juízo da cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante deste Contrato, constituindo assim o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si e seus sucessores em 03 (três) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nomeadas, que também assinam, dando-lhe, para efeitos legais.

Boa Vista - RR, _____ de _____ de 2024

PELA CONTRATANTE:

JAMES DA SILVA SERRADOR

Diretor Presidente

ANABEL MOTA E SILVA

Diretora de Tecnologia e Gestão dos Sistemas de Águas

MÁRCIO RODRIGO MESQUITA DA SILVA

Diretor Administrativo e Financeiro

PELA CONTRATADA:

EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF : _____

2. _____ CPF : _____

14 de 14

Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER

Rua Melvin Jones, nº 219, São Pedro - Boa Vista - Roraima – CEP: 69.306-610

SITE: www.caer.com.br